

ANEXO 06

**CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO DA CONCESSÃO AO PODER CONCEDENTE E, SE
O CASO, TRANSFERÊNCIA À NOVA CONCESSÃO**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº .../2018 PARA CONCESSÃO ONEROSA DE OBRA NO RODOANEL MÁRIO COVAS (SP-021)

1. Conceitos Básicos

1.1. Este item tem por objetivo definir as condições fundamentais para a devolução dos de todos os itens relativos aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS da Concessão, ao PODER CONCEDENTE pela CONCESSIONÁRIA e/ou sua TRANSFERÊNCIA, do todo ou parte, à concessionária que porventura a suceda (doravante denominada "SUCESSORA").

1.2. Assim, para fins de cumprimento deste item, as menções e regramentos referentes à DEVOLUÇÃO aplicam-se, também, em caso de TRANSFERÊNCIA, termo que designa, neste item, e que deve ser aqui compreendido como a nova concessão de bem ou conjunto de bens revertidos ao PODER CONCEDENTE pela CONCESSIONÁRIA.

1.3. Ademais, todas as menções à TRANSFERÊNCIA e/ou à SUCESSORA serão aplicáveis se, e somente se, a qualquer momento antes do término da CONCESSÃO, houver processo licitatório já finalizado e, portanto, com vencedor declarado, que tenha por objeto, integral ou parcial, o todo ou parte dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS. Neste caso, entenda-se por TRANSFERÊNCIA a transmissão direta, do todo ou parte, dos itens relativos aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, conforme objeto do processo licitatório finalizado, da CONCESSIONÁRIA para a SUCESSORA.

1.4. Ficam, portanto, aqui estabelecidas, as especificações aplicáveis sobre o estado de conservação/manutenção/operação para itens dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

1.5. Todos os bens reversíveis devem ser devolvidos e/ou transferidos, em perfeita adequação com as normas, instruções de projeto, portarias e padrões da ARTESP, DER/SP, DNIT, ABNT (nesta ordem) e demais órgãos reguladores e fiscalizadores que estejam vigentes à época da extinção da Concessão.

1.6. As especificações descritas a seguir devem ser entendidas como condições mínimas para a devolução e/ou transferência e terão, ainda, como subsídio fundamental, o CADASTRO DOS BENS REVERSÍVEIS e Projetos Referenciais dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS

2. Descrição das Condições

2.1. Pavimento

2.1.1 Os pavimentos deverão ser devolvidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, ou por outro representante que eventualmente o substitua, e/ou transferidos, sob supervisão da ARTESP, à SUCESSORA, de acordo com os padrões de qualidade exigidos no ANEXO 01.

2.2. Obras de Artes Especiais (se houver)

2.2.2 A CONCESSIONÁRIA deverá, através do plano de conservação/manutenção para as Obras de Arte Especiais (se houver), garantir cumprimento das normas vigentes da ARTESP, DER/SP, DNIT, ABNT (nesta ordem), quanto às condições de segurança estrutural, funcionalidade e durabilidade das obras devolvidas e/ou transferidas.

2.2.3 As expectativas de conservação das estruturas, assim como suas adequações no ato da devolução, deverão atender à Especificação Técnica ET-00.000.000-0-C21/002 para Inspeção e Avaliação Estrutural/Funcional de Obras de Arte Especiais de Concreto Armado e Protendido da ARTESP, ou outra que a substitua; isto é, as estruturas pertencentes ao sistema concedido deverão apresentar pelo menos B4 sob aspectos de segurança estrutural e B3 funcional.

2.3. Sinalização

2.3.1 Sinalização Horizontal

2.3.1.1. A sinalização horizontal deverá apresentar vida residual de, no mínimo, 12 (doze) meses e as tachas refletivas deverão estar de acordo com as especificações operacionais.

2.3.2 Sinalização Vertical

2.3.3.1. A sinalização vertical deverá estar conforme projeto, adequado à época do término da CONCESSÃO.

2.3.3.2. As placas deverão apresentar, as seguintes condições:

- i. Deverão estar limpas, isentas de poeiras e barro;
- ii. As películas deverão apresentar o nível de retrorrefletância especificado;
- iii. As placas não deverão estar cobertas por vegetação.

2.4. Obras de Arte Correntes e Drenagem

2.4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá devolver em plenas condições de conservação, funcionamento e operação todos os dispositivos de drenagem existentes e instalações complementares.

2.4.2. Para que a CONCESSIONÁRIA garanta a funcionalidade desses dispositivos no ato da devolução da CONCESSÃO, deverão ser observadas as seguintes recomendações:

- i. A drenagem profunda deverá estar desobstruída;
- ii. As canaletas, sarjetas, saídas d'água e bueiros deverão estar desobstruídos e limpos;
- iii. Os cortes e aterros nos entornos dos dispositivos de drenagem não devem apresentar erosões;
- iv. As sarjetas, canaletas, canais de escoamento e demais dispositivos de drenagem deverão estar contínuos, sem trechos interrompidos ou avariados;
- v. Os dispositivos de drenagem deverão apresentar condições estruturais adequadas;
- vi. As canaletas, sarjetas e canais de escoamento deverão estar desassoreados;
- vii. Os poços de visita, bocas de lobo, caixas de transição e caixas coletoras deverão estar desobstruídos;
- viii. As tampas e grelhas deverão estar em perfeitas condições de uso.

2.5. Taludes (se houver)

- 2.5.1 As condições de devolução dos taludes de cortes e aterros deverão ser tais que garantam a integridade dos maciços de terraplenagem, não surgindo possibilidades de escorregamento.
- 2.5.2. Logo, deverão ser observadas, dentre outras, as recomendações abaixo:
- i. Os taludes de corte e aterro não deverão apresentar erosões nem descontinuidade em seus dispositivos de drenagem;
 - ii. A geometria dos taludes de corte e de aterro deverá ser compatível com as condições de estabilidade previstas em projeto;
 - iii. Os taludes deverão estar isentos de blocos, pedras ou materiais soltos que venham constituir riscos aos usuários;
 - iv. O revestimento vegetal deverá apresentar altura máxima de 30 (trinta) cm em áreas genéricas da rodovia e 10 (dez) cm no entorno das instalações operacionais.

2.6. Dispositivos de Segurança

2.6.1. Quando da devolução da CONCESSÃO, os dispositivos de segurança deverão atender às especificações a que se submetem.

2.6.2. As defensas metálicas não poderão apresentar pontos de amassamento, rompimento e descontinuidade.

2.6.3. As barreiras de concreto não deverão apresentar descontinuidades e a estrutura deverá estar isenta de grandes fissuras, de armaduras expostas ou corroídas e de pontos com desagregação do concreto.

2.6.4. A CONCESSIONÁRIA deverá devolver e/ou transferir a CONCESSÃO os dispositivos tecnologicamente atualizados, à época da devolução e/ou transferência, e compatíveis com as alterações físicas que venham a ocorrer, ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, em plenas condições de operação.

2.7. Paisagismo

2.7.1. Toda a área não pavimentada da CONCESSÃO deverá estar revestida ou fornecer condições para o crescimento de vegetação e garantir a diversidade biológica, seguindo sempre os relatórios técnicos, especificações e

medidas mitigadoras estabelecidas pelo RIMA (Relatório de Impacto Ambiental).

2.7.2. Para tanto, ao final do prazo da CONCESSÃO, deverão, quando necessário, ser tomadas medidas de manutenção, tais como:

- i. As árvores e arbustos deverão estar devidamente podados;
- ii. Remoção de todo e qualquer material indesejável do corpo paisagístico da CONCESSÃO;
- iii. As áreas plantadas deverão estar adubadas e isentas de pragas;
- iv. As áreas de revestimento vegetal deverão sofrer, ao menos, duas podas no último semestre do PRAZO DA CONCESSÃO.
- v. As estruturas de contenção de produtos perigosos deverão estar em boas condições de conservação/manutenção e funcionamento.

2.8. Sistema de Telefonia e Comunicações

2.8.1. Quando da devolução e/ou transferência da CONCESSÃO, todo o sistema de comunicação, como dados e telefonia, e painéis de sinalização deverão estar em boas condições de conservação/manutenção, funcionamento e operação.

2.9. Iluminação

2.9.1. A iluminação da CONCESSÃO sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA deverá apresentar eficiência de 100% (cem por cento) na data de sua devolução e/ou transferência.

2.9.2. No último semestre do PRAZO DA CONCESSÃO, deverão ser feitas revisão e checagem completa de todo o sistema de iluminação, com relatório subscrito pelo representante legal da CONCESSIONÁRIA atestando a funcionalidade do sistema.

2.10. Instalações Operacionais e Equipamentos

2.10.1. Todas as instalações operacionais e de suporte da CONCESSÃO, assim como os equipamentos a elas pertinentes, deverão apresentar plenas condições de funcionamento e operação, inclusive com as licenças de sistemas de tecnologia e informática necessárias para a operação de todos os equipamentos dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS válidas até, no mínimo,

a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

2.10.2. Para tanto, a CONCESSIONÁRIA deverá atentar para as condições de funcionamento, manutenção e conservação de todos os itens relativos aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, reportando-se às condições de funcionamento e operação previstas nos projetos padrão e especificações respectivas. Tais como:

- i. Estruturas;
- ii. Impermeabilizações;
- iii. Alvenarias;
- iv. Coberturas;
- v. Forros;
- vi. Pisos;
- vii. Revestimentos e acabamentos;
- viii. Esquadrias e Vidros;
- ix. Instalações hidráulicas/sanitárias, louças e metais, inclusive;
- x. Instalações de combate a incêndio;
- xi. Instalações elétricas, lâmpadas, interruptores e espelhos, inclusive;
- xii. Iluminação;
- xiii. Sinalização;
- xiv. Equipamentos Mecânicos e Eletro-Mecânicos;
- xv. Sistemas Motogeradores;
- xvi. Equipamentos Eletrônicos;
- xvii. etc

2.11. Limpeza

2.11.1. Toda a área integrante do objeto da CONCESSÃO deverá estar

totalmente limpa, isenta de detritos, cargas derramadas, lixo e escória quando da devolução e/ou transferência do sistema concedido.

3. Recebimento

3.1. Inspeção

3.1.1. Doze meses antes do encerramento da CONCESSÃO, a CONTRATANTE (ARTESP) formará uma Comissão de Devolução, composta por representantes do PODER CONCEDENTE, da CONCESSIONÁRIA e da SUCESSORA, em número paritário, e supervisionada pela ARTESP, tendo por finalidade acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas prévias à devolução e/ou transferência do sistema concedido estabelecidas neste ANEXO.

3.1.2. Caso, no momento da formação da Comissão de Devolução, ainda não se tenha dado início ou, embora já iniciado, não esteja concluído o processo licitatório cujo objeto inclua nova concessão, a SUCESSORA será automaticamente integrada à Comissão de Devolução, a partir da data de assinatura do Contrato da nova Concessão.

3.1.3 A Comissão elaborará o Relatório de Vistoria e proporá à ARTESP, com a aprovação da CONCESSIONÁRIA e anuência da SUCESSORA, os parâmetros que nortearão a devolução e/ou transferência do todo ou parte do sistema concedido objeto deste CONTRATO DE CONCESSÃO.

3.1.4. O Relatório de Vistoria retratará a situação dos sistemas pertencentes aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e poderá propor à ARTESP sua aceitação ou a necessidade de correções, antes de sua devolução ao PODER CONCEDENTE e/ou transferência à SUCESSORA.

3.1.5. As eventuais correções serão efetivadas em prazos pré-estipulados pela ARTESP e acarretarão nova vistoria, após a conclusão dos serviços.

3.1.6. Tanto em caso de devolução do sistema concedido ao PODER CONCEDENTE, quanto em caso de sua TRANSFERÊNCIA à SUCESSORA, deverão ser observadas as regras previstas no item 4 – TRANSIÇÃO deste ANEXO.

3.1.7. Em caso de TRANSFERÊNCIA, a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO

definirá a forma em que se dará a interação entre a CONCESSIONÁRIA e a SUCESSORA e a submeterá à aprovação da ARTESP no mês anterior ao início da Operação Assistida prevista no item 4.2 - Ações de Operação Assistida do sistema concedido deste ANEXO;

3.2. Relatórios Parciais e Final

3.2.1. A cada 3 (três) meses, a Comissão de Devolução deverá elaborar e submeter à aprovação da ARTESP relatório de execução dos trabalhos desenvolvidos, bem como um relatório de acompanhamento.

3.2.2. O Relatório de Inspeção Final deverá ser entregue com 15 (quinze) dias de antecedência em relação ao término da CONCESSÃO, e deverá descrever, em detalhes, as datas de vistorias e reuniões realizadas, atas, todas as não conformidades identificadas e corrigidas ao longo dos trabalhos da Comissão, bem como outras informações consideradas relevantes pela Comissão, com um Parecer Final quanto ao cumprimento das condições de devolução previstas neste ANEXO.

3.3. Termo de Recebimento Provisório

3.3.1. Quando atendidas todas as condições de devolução do sistema concedido previstas neste Anexo, será então elaborado, pela ARTESP, o Termo de Recebimento Provisório, que deverá ser assinado pela CONCESSIONÁRIA, pela CONTRATANTE e pela ARTESP, e, havendo SUCESSORA, esta deverá a ele anuir expressamente, configurando assim o término da responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pela manutenção e operação do sistema concedido.

3.3.2. Havendo condições previstas neste ANEXO pendentes de atendimento pela CONCESSIONÁRIA, estas deverão ser cumpridas segundo os regimes a seguir estabelecidos:

- a) Em caso de devolução ao PODER CONCEDENTE, o cumprimento das condições pendentes dar-se-á conforme cronograma a ser estabelecido pela ARTESP;
- b) Em caso de TRANSFERÊNCIA, caso não seja viável o cumprimento das condições pendentes até o termo contratual, o montante a elas equivalente será convertido em indenização a ser paga diretamente pela

CONCESSIONÁRIA à SUCESSORA e calculado na forma de reequilíbrio econômico-financeiro prevista no CONTRATO de CONCESSÃO que se encerra.

3.4. Transferência Provisória à SUCESSORA

3.4.1. A assinatura do Termo de Recebimento Provisório implica a transferência da operação e manutenção do sistema concedido, ou parte dele, à SUCESSORA, conforme Ato de Adjudicação do objeto da respectiva licitação vencida, mas não exime a CONCESSIONÁRIA, da responsabilidade civil de manter o PODER CONCEDENTE e/ou a SUCESSORA indene, decorrente da garantia de vida útil prevista neste ANEXO.

3.5. Termo de Recebimento Definitivo

3.5.1. Decorrido o período de observação de seis meses, contados do Termo de Entrega Provisória, e não havendo a necessidade de novos reparos por vício ou defeito de execução dos serviços, será então lavrado o competente Termo de Recebimento Definitivo do sistema concedido.

3.5.2. As responsabilidades finais da CONCESSIONÁRIA somente se encerrarão dentro dos prazos legais então vigentes sem eximir a CONCESSIONÁRIA, no entanto, de sua responsabilidade civil de manter o PODER CONCEDENTE e/ou a SUCESSORA indene, decorrente de suas obrigações previstas neste ANEXO.

3.5.3. Decorrido o período de observação de seis meses, contados do Termo de Entrega Provisória, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo do sistema concedido. Se nesse prazo estiverem atendidos todos os requisitos previstos neste ANEXO, o Termo de Recebimento Definitivo informará a regularidade e autorizará a liberação da garantia.

3.5.4. Se, ao final de 6 (seis) meses contados do Termo de Entrega Provisória, a CONCESSIONÁRIA não tiver cumprido todas as condições previstas nesse Anexo, o PODER CONCEDENTE deverá ser indenizado e/ou a SUCESSORA pleiteará o desconto do valor respectivo, da garantia fornecida pela CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO.

3.5.5. As responsabilidades finais da CONCESSIONÁRIA somente se encerrarão dentro dos prazos legais então vigentes sem eximir a CONCESSIONÁRIA, no entanto, de sua responsabilidade civil de manter o PODER CONCEDENTE e/ou a SUCESSORA indene, decorrente de suas

obrigações prevista neste ANEXO.

4. Transição

4.1. Obrigações da CONCESSIONÁRIA

4.1.1. São obrigações da CONCESSIONÁRIA, para a garantia da continuidade da operação do sistema concedido, bem como para a boa operacionalização da transição do sistema concedido ao PODER CONCEDENTE ou à SUCESSORA:

- (i) Disponibilizar documentos e contratos relativos ao objeto da CONCESSÃO, incluindo histórico e projeto de todas as intervenções realizadas no sistema concedido ao longo de toda a CONCESSÃO, cadastro de bens reversíveis e demais documentos solicitados pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO ou ARTESP;
- (ii) Disponibilizar documentos operacionais relativos ao objeto da CONCESSÃO;
- (iii) Disponibilizar demais informações sobre a operação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS;
- (iv) Cooperar com a SUCESSORA e com a ARTESP para a transmissão adequada dos conhecimentos e informações;
- (v) Permitir o acompanhamento da operação do sistema concedido e as atividades referentes aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS da CONCESSIONÁRIA pela SUCESSORA;
- (vi) Promover o treinamento de empregados da SUCESSORA, relativamente à operação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS;
- (vii) Colaborar com a SUCESSORA na elaboração de eventuais relatórios requeridos para o processo de transição;
- (viii) Indicar profissionais das áreas de conhecimento relevantes para transição operacional durante assunção do serviço pela SUCESSORA;
- (ix) Disponibilizar espaço físico para acomodação dos grupos de trabalho da SUCESSORA, nesse período;
- (x) Auxiliar no planejamento do quadro de funcionários;
- (xi) Interagir com a SUCESSORA e demais atores e agentes envolvidos na operação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS;
- (xii) Colaborar das demais formas indicadas pela ARTESP;
- (xiii) Disponibilizar pares de usuário e senha para acesso aos Sistemas de

acompanhamento, gestão e gerenciamento e atividades operacionais, para permitir que a SUCESSORA tenha acesso aos dados necessários à perfeita operação e continuidade da prestação do SERVIÇO ADEQUADO nos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

4.2. Ações de Operação Assistida

4.2.1. Nos últimos 3 (três) meses de vigência do CONTRATO da CONCESSIONÁRIA, a SUCESSORA, com o prévio conhecimento e aquiescência da CONCESSIONÁRIA e da ARTESP, poderá alocar pessoal no acompanhamento da operação e manutenção do sistema concedido, a fim de se familiarizar com a operação do sistema concedido objeto da CONCESSÃO.

4.3. Solução de Conflito na Fase de Transição

4.3.1. Em caso de discordância ou divergência na COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO sobre a necessidade de correções ou sobre o descumprimento de alguma das condições mínimas previstas neste ANEXO, o membro insatisfeito deverá manifestar seu inconformismo, por escrito e fundamentadamente, à ARTESP, com cópia para aos demais membros, em até 15 (quinze) dias antes da lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO, instruída com as alternativas de solução aos pontos impugnados ou ressaltados, com estimativa de custos, se for o caso. Os demais membros da Comissão de Devolução poderão manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias da respectiva ciência do inconformismo.

4.3.2. As manifestações apresentadas serão analisadas pelo corpo da ARTESP, em 5 (cinco) dias úteis, contados de sua constituição.

4.3.3. A decisão do Conselho Diretor da ARTESP sobre o inconformismo do membro da Comissão de Devolução tem força vinculante para esta, que deverá adotar, imediatamente após sua intimação, as medidas determinadas, visando à assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, se antes do final da CONCESSÃO, ou do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, se durante o período de observação.

4.3.4. A validação, pela ARTESP, dos trabalhos da Comissão de Devolução, inclusive do Relatório de Vistoria, implica a plena aceitação, pela CONCESSIONÁRIA e pela SUCESSORA, das condições do sistema concedido, sendo que qualquer ônus em que a SUCESSORA venha a incorrer em razão de vícios imprevisíveis e não resultantes de culpa ou dolo dos

membros da Comissão de Devolução, tampouco que sejam objeto da garantia de vida útil prevista, deve ser indenizado pela CONCESSIONÁRIA, diretamente à SUCESSORA.

4.3.4. É vedada a interferência, prejuízo, imposição de obstáculos ou ruptura de continuidade na prestação de serviços objeto do presente CONTRATO DE CONCESSÃO, bem como a imposição de qualquer ônus não decorrente do CONTRATO DE CONCESSÃO, à CONCESSIONÁRIA, no período de transição.

4.3.5. Toda e qualquer definição conjunta entre CONCESSIONÁRIA e SUCESSORA, referente ou não à fase de transição, e de caráter estritamente privado, que não interfira na prestação adequada do sistema concedido, deverá ser comunicada à ARTESP, mas não ensejará qualquer direito a reequilíbrio em favor da CONCESSIONÁRIA ou da SUCESSORA, nem poderá implicar qualquer ônus ao PODER CONCEDENTE.

4.3.6. É permitida, também, a composição entre CONCESSIONÁRIA e SUCESSORA quanto aos bens que integram a CONCESSÃO e que deverão ser transferidos diretamente à SUCESSORA, desde que tal composição seja previamente aprovada pela ARTESP e não implique qualquer ônus ao PODER CONCEDENTE ou à qualidade da prestação de serviço ao usuário, razão pela qual dela não derivará qualquer direito a reequilíbrio em favor da CONCESSIONÁRIA ou da SUCESSORA.